

# GUERRA FRIA: UMA CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA ORTODOXA E PÓS-REVISIONISTA

*Data de submissão: 19/10/2023*

*Data de aceite: 02/05/2023*

**Flávio Alves Combat**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Relações Internacionais e  
Defesa  
Rio de Janeiro – RJ  
<http://bit.ly/45FKnm2>

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra Fria;  
historiografia; ortodoxia; pós-revisionismo.

### COLD WAR: A CRITIQUE OF ORTHODOX AND POST- REVISIONIST HISTORIOGRAPHY

**RESUMO:** O objetivo central do texto é revisar criticamente o debate historiográfico sobre a Guerra Fria, com foco nas teses ortodoxas e, especialmente, pós-revisionistas. Pretende-se, assim, comprovar a hipótese de que o pós-revisionismo retomou e aprofundou as teses centrais da ortodoxia, convertendo-se numa corrente historiográfica essencialmente limitada à interpretação ortodoxa sobre aquele conflito. Inicialmente, o capítulo apresenta uma síntese da historiografia ortodoxa sobre a Guerra Fria, analisando a interpretação derivada do pensamento de George Frost Kennan, responsável pela Doutrina de Contenção do Comunismo. Na segunda seção, o capítulo analisa criticamente a historiografia pós-revisionista, sobretudo a partir da obra do historiador John Lewis Gaddis, e estabelece comparações com o debate historiográfico progressivo.

**ABSTRACT:** The central aim of this text is to critically revisit the historiographical debate on the Cold War, focusing on the orthodox and, especially, post-revisionist theses. The aim is to prove the hypothesis that post-revisionism has taken up and deepened the central theses of orthodoxy, becoming a historiographical current essentially limited to the orthodox interpretation of that conflict. Initially, the chapter presents a summary of orthodox historiography on the Cold War, analyzing the interpretation derived from the thought of George Frost Kennan, responsible for the Doctrine for the Containment of Communism. In the second section, the chapter critically analyzes post-revisionist historiography, especially based on the work of historian John Lewis Gaddis, and draws comparisons with the previous historiographical debate.

**KEYWORDS:** Cold War; historiography; orthodoxy; post-revisionism.

## INTRODUÇÃO

No longo debate historiográfico dedicado à Guerra Fria, três correntes conquistaram destaque, ao propor uma nova forma de interpretação para o conflito, para as suas origens e para o seus desdobramentos. Uma intensa disputa pela redefinição de uma memória sobre a Guerra Fria foi travada pelas correntes historiográficas Ortodoxa, Revisionista e Pós-Revisionista.

O objetivo central do texto é revisitar o debate historiográfico sobre a Guerra Fria, com foco nas teses ortodoxas e, especialmente, pós-revisionistas. Pretende-se, assim, comprovar a hipótese de que o pós-revisionismo retomou e aprofundou as teses centrais da ortodoxia, convertendo-se numa corrente essencialmente limitada à interpretação ortodoxa sobre aquele conflito.

Estruturalmente, o capítulo divide-se em duas seções, além da Introdução e Conclusão. Na primeira, apresenta-se uma síntese do debate ortodoxo, com base na interpretação originalmente desenvolvida por George Frost Kennan. Na segunda seção, apresenta-se o debate pós-revisionista, sobretudo a partir das ideias de John Lewis Gaddis, sustentando-se a hipótese central da pesquisa.

## O DEBATE HISTORIOGRÁFICO ORTODOXO SOBRE A GUERRA FRIA

A ortodoxia norte-americana foi a primeira corrente historiográfica a analisar e interpretar as relações entre Estados Unidos e União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, na tentativa de oferecer respostas sobre a origem e o desdobramento do conflito, que foram essenciais para definir a política externa conduzida por Washington nas décadas seguintes.

A presente seção é dedicada à análise da interpretação do diplomata George Frost Kennan sobre a Guerra Fria. Pretende-se, assim, apresentar as teses seminais da corrente ortodoxa desenvolvidas por Kennan e o peso de sua análise para a política externa dos EUA durante a Guerra Fria. Do ponto de vista geral do texto, a seção é importante porque lança as bases do debate historiográfico travado com as correntes que sucederam a ortodoxia, que remetem, em graus diferenciados, às ideias originalmente propostas por Kennan.

Em 1946, declarações feitas por Stalin de que a União Soviética planejava uma reestruturação econômica e militar acirraram o clima já comumente tenso no meio político dos Estados Unidos. Diante da resistência de Moscou em cooperar com a constituição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o Departamento do Tesouro solicitou ao Departamento de Estado explicações sobre as intenções soviéticas. O responsável por reportar a Washington a dimensão dos projetos soviéticos foi George Frost Kennan, diplomata encarregado de representar os Estados Unidos na embaixada norte-americana em Moscou.

Especialista na política externa entre Estados Unidos e União Soviética, Kennan preparou um célebre documento em que relatava detalhadamente os planos soviéticos e expunha os fundamentos da política de dissuasão permanente dos ideais comunistas que vigorou durante a Guerra Fria. Transmitido ao Departamento de Estado através do telégrafo em 22 de fevereiro de 1946, o documento ficou conhecido como o “Longo Telegrama”.

Diante da complexidade para responder ao questionamento de Washington sobre as intenções soviéticas, Kennan argumentou que o projeto soviético após 1945 era de longa duração. O perigo imediato para os Estados Unidos e para os países em sua zona de influência não era, nesse sentido, o Exército Vermelho, mas a atração ideológica exercida por Moscou. Convencido de que as intenções conciliatórias do governo Roosevelt em relação aos soviéticos eram, na melhor hipótese, inocentes, Kennan aconselhou que a política externa norte-americana direcionada à União Soviética no pós-Segunda Guerra não deveria ser baseada na tentativa de aproximação, tampouco no confronto bélico direto (KENNAN, 1946, p. 3).

Embora reconhecesse que, para a União Soviética, não era possível uma coexistência pacífica com os países capitalistas no longo prazo, Kennan recomendava enfaticamente uma “abordagem calma e de longa duração” em relação aos problemas que polarizavam norte-americanos e soviéticos. Para o diplomata, o temor de que os soviéticos viessem a dominar a Europa Ocidental e o Japão no imediato pós-Segunda Guerra era infundado, já que não havia interesse ou mesmo condições materiais objetivas para a União Soviética empreender uma ofensiva daquela magnitude.

Em seu telegrama ao Departamento de Estado, o diplomata destacou que, desde antes da Segunda Guerra Mundial, era clara para Stalin a oposição de interesses entre soviéticos e norte-americanos. O líder soviético acreditava ainda na incapacidade de reprodução, no longo prazo, das sociedades capitalistas, que sucumbiriam perante os seus conflitos internos. Nesse caráter conflituoso, enfatiza Kennan, Stalin enxergava, porém, um grande risco, pois acreditava que os conflitos internos do capitalismo levariam a dois possíveis tipos de guerra: guerras entre os países capitalistas ou “guerras de intervenção contra o mundo socialista” (KENNAN, 1946, p. 3). Considerando os custos de guerras entre os países capitalistas, então o segundo tipo de guerra seria o mais provável.

Em julho de 1947, após o detalhamento dos planos soviéticos ao governo norte-americano, Kennan, sob o codinome de “Mr. X”, publicou na revista *Foreign Affairs* um artigo intitulado *The Sources of Soviet Conduct*, no qual expunha publicamente os seus argumentos e ampliava a análise originalmente apresentada no Longo Telegrama. O artigo, que se tornou referência na corrente ortodoxa e um norte para a política externa dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria, detalhava a chamada “Doutrina de Contenção do Comunismo”.

Ao analisar a base das ideias soviéticas, Kennan argumentou que o principal “dogma” que influenciava o modo de pensar soviético era o marxismo. Não seria coincidência, de

acordo com o diplomata, que exatamente na União Soviética o marxismo tivesse encontrado o terreno mais fértil para a sua difusão.

Após a vitória do Partido Bolchevique, o “dogma marxista” teria se tornado um meio ainda mais eficiente de propagar a sensação de insegurança que assolava os soviéticos. Em nome dessa insegurança, de acordo com Kennan, os soviéticos montaram um aparato militar sem precedentes para proteger a sua frágil sociedade, constantemente ameaçada por um mundo exterior postulado como um “demônio, hostil e ameaçador”, condenado a fracassar e a erodir por suas próprias contradições internas até que o crescente poder do socialismo inauguraria uma nova e melhor fase da história mundial.

A argumentação fortemente ideológica de Kennan, que identifica o marxismo como o fiador do *modus operandi* da União Soviética, apresentava, assim, as justificativas para os objetivos de Stalin após a Segunda Guerra. Segundo Kennan:

Essa tese [o marxismo] provê justificativa para o aumento do poder militar e policial do Estado Russo, para o isolamento da população russa do mundo exterior, e para a pressão fluida e constante para estender os limites do poder policial russo, que juntos constituem os objetivos naturais e instintivos mais prementes dos líderes russos. (KENNAN, 1946, p. 3)

A resistência soviética em “cooperar” com os norte-americanos era, portanto, apresentada por Kennan como uma necessidade de Stalin de apresentar o Ocidente como “o mal”, de modo a justificar a própria extensão de seu poder sobre os soviéticos (KENNAN, 1947, p. 8). A invasão da Rússia pelos norte-americanos e pelos Aliados em 1918-1920 e a recusa de Washington em estabelecer relações diplomáticas com Moscou até 1933 não eram, obviamente, mencionadas.

Tomando por base esse conjunto de premissas sobre a União Soviética, Kennan apresentou ao Departamento de Estado algumas diretrizes da política externa soviética no período. Dentre elas, o diplomata sublinhava o interesse da União Soviética de explorar todo tipo de rivalidade entre os países capitalistas para fomentar conflitos no bloco liderado pelos Estados Unidos. Caso essas rivalidades culminassem em guerras, os soviéticos teriam aí a oportunidade para incentivar levantes revolucionários mundo afora. Ao mesmo tempo, Kennan chamava a atenção para a intenção de Stalin de explorar características específicas de sociedades democráticas contra os próprios países capitalistas, na medida em que a democracia abria a possibilidade de pressionar os governos a favor dos interesses soviéticos. Kennan ressaltava ainda a importância, do ponto de vista da política externa soviética, de se combater os chamados “falsos amigos do povo”, nomeadamente os líderes e partidos socialistas moderados e a Social Democracia (ou seja, a esquerda não comunista). Para o diplomata, Stalin via na esquerda moderada um risco de grande potencial, já que ela empregava o discurso socialista para defender interesses capitalistas.

Kennan contestou a validade da ideia de que as contradições do capitalismo seriam não solucionáveis e que levariam os países à guerra (tese que, segundo o autor, era uma

premissa fundamental para o modo soviético de interpretar o mundo). O autor mencionava o alinhamento de países capitalistas e mesmo da própria União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial como exemplo histórico da possibilidade de cooperação diante de problemas em sociedades capitalistas (KENNAN, 1946, p. 2). Mesmo os conflitos entre Estados Unidos e Inglaterra (tomados pelo diplomata como exemplos de sociedades capitalistas avançadas) teriam provado que discordâncias pontuais não representavam conflitos insolúveis para o capitalismo. A fragilidade desse argumento comprovaria, segundo Kennan, que as ideias soviéticas propagandeadas após a Segunda Guerra “não estão baseadas em qualquer análise objetiva da situação além das fronteiras russas” (KENNAN, 1946, p.2), um indicativo forte de que essas ideias respondiam, na realidade, às necessidades da frágil estrutura política interna, que recorria à “demonização” do mundo exterior como instrumento para preservar e manter o seu próprio poder repressor dentro da União Soviética.

Kennan sustentou, portanto, que as ideias soviéticas sobre os países capitalistas eram um meio eficiente de propagar e consolidar uma permanente sensação de insegurança dentre o povo soviético, de modo a evitar comparações entre o modo de vida “arcaico” dos soviéticos e o modo de vida de “sociedades mais competentes, mais poderosas e mais organizadas” (KENNAN, 1946, p.3).

Kennan concluiu em seu telegrama que, considerando-se as necessidades de Stalin em justificar o seu poder e a “grande ignorância dos soviéticos em relação ao mundo exterior”, os norte-americanos tinham como desafio enfrentar:

(...) uma força política fanaticamente comprometida com a crença de que com os Estados Unidos não poderia existir nenhum *modus vivendi* permanente, que era desejável e necessário que a harmonia interna da nossa sociedade [a norte-americana] seja rompida, que nosso tradicional modo de vida seja destruído, que a autoridade internacional do nosso Estado seja quebrada, caso o poder soviético deseje se manter em segurança. (KENNAN, 1946, p. 7)

As considerações de Kennan retratavam ainda a magnitude dos recursos econômicos e militares sob o comando de Stalin, alertando Washington sobre a possibilidade de uma ampla ofensiva soviética em áreas essenciais aos interesses norte-americanos.

Essa força política possui poder de dispor completamente das energias de um dos maiores povos do mundo e dos recursos do mais rico território nacional do mundo, e é nascido e criado a partir de correntes profundas e poderosas do nacionalismo russo. Além disso, possui um elaborado e avançado aparato para o exercício da sua influência em outros países, um aparato de fascinante flexibilidade e versatilidade, administrado por pessoas cuja experiência e técnica em métodos não convencionais não possuem presumivelmente paralelo na história. (KENNAN, 1946, p. 7)

Ao contrário dos nazistas, argumentava Kennan, a União Soviética não tinha pressa para colocar os seus planos em curso. Os soviéticos deveriam, portanto, “ser contidos pela aplicação hábil e vigilante de contraforças numa série de pontos geográficos e políticos em

constante mudança” (KENNAN, 1947, p. 5), com o propósito de explorar as contradições inerentes ao modelo soviético. Se os norte-americanos fossem pacientes e capazes de garantir a reprodução da prosperidade e do sucesso de sua forma de organização social, então o Marxismo cairia em descrédito e a “contenção” seria bem sucedida, sem “necessidade de recorrer a qualquer conflito militar” (KENNAN, 1947, p. 5).

As ideias de Kennan tiveram grande impacto nos Estados Unidos<sup>1</sup>. “Contenção” transformou-se numa “palavra mágica” no meio político norte-americano. A projeção alcançada por essas ideias deve ser analisada levando-se em consideração o cenário político da época em que foram apresentadas a Washington.

Primeiramente, o momento em que Kennan apresentou as suas ideias não poderia ser mais propício: os planos soviéticos de reestruturação política e econômica e a crescente pressão exercida por Stalin sobre países importantes para os objetivos dos Estados Unidos (Turquia, Irã e Alemanha) atemorizavam os líderes norte-americanos e expunham a política externa do governo Truman a fortes críticas. Kennan forneceu uma explicação objetiva dos planos e métodos soviéticos, provendo o governo Truman com munição suficiente para se defender e para reverter o sentido das pressões políticas existentes.

As ideias de Kennan também eram atrativas porque desoneravam os Estados Unidos de qualquer responsabilidade sobre a escalada da tensão entre Washington e Moscou. Culpar os soviéticos era um meio sedutor de deslocar a atenção da opinião pública norte-americana dos equívocos cometidos pelo governo Truman.

Em terceiro, a “contenção” do poder soviético no longo prazo, em oposição a propostas meramente conciliatórias ou declaradamente belicistas, era um meio termo que se encaixava com precisão na visão do presidente Harry Truman e de seu Secretário de Estado, Dean Acheson, sobre os soviéticos – embora Acheson defende-se para o grande público que a única linguagem entendida pelos soviéticos era a força – atendendo simultaneamente as suas necessidades de reverter a crise política em curso nos Estados Unidos.

Cansado de lidar com a resistência de Stalin em adequar-se ao modelo de configuração internacional norte-americano e politicamente fragilizado pela patente inabilidade de Washington para utilizar sua superioridade bélica e econômica para “limpar a Europa da ameaça vermelha”, Truman abraçou a Doutrina de Contenção do Comunismo de Kennan não apenas como um meio para limitar a influência soviética, mas como o plano mestre de seu governo e como um ideal para a unificação da comunidade internacional em torno de objetivos compartilhados.

---

<sup>1</sup> A interpretação de Kennan influenciou um longo debate na tradição Ortodoxa. Ver, especialmente: FEIS (1957 e 1970); McNEILL (1970); e SCHLESINGER (1967).

## O DEBATE HISTORIOGRÁFICO PÓS-REVISIONISTA SOBRE A GUERRA FRIA

Nas décadas de 1970 e 1980, consolidou-se nos Estados Unidos uma nova corrente historiográfica, autodenominada “pós-revisionismo”, com a proposta central de dar por superada a fase revisionista de estudos sobre a Guerra Fria<sup>2</sup>. O principal representante dessa corrente é o historiador norte-americano John Lewis Gaddis.

O principal objetivo desta seção é analisar as teses centrais do pós-revisionismo sobre a Guerra Fria, comparando-as com as teses ortodoxas. Procura-se elucidar as continuidades e as rupturas do pensamento pós-revisionista em relação ao debate historiográfico precedente. A seção também explora um conjunto de críticas às teses pós-revisionistas, apontando as suas limitações e demonstrando em quais aspectos elas remontam à visão ortodoxa sobre a Guerra Fria.

### JOHN LEWIS GADDIS E A “SUPERAÇÃO” DO REVISIONISMO

Em *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, publicado em 1972 e considerado o precursor da abordagem pós-revisionista, John Lewis Gaddis, o “pai” do pós-revisionismo, defendeu que os Estados Unidos ou a União Soviética não poderiam ser responsabilizados individualmente pelo início da Guerra Fria. Na obra, Gaddis desenvolveu uma crítica ao trabalho dos autores revisionistas (e a William Appleman Williams (1959), em particular), que teriam falhado na tentativa de entender o papel da política soviética, após 1945, para o início da Guerra Fria. Gaddis contestou a tese revisionista de que o expansionismo norte-americano, desde o século XIX, seria o principal responsável pelas tensões que contribuíram para a Guerra Fria e criticou a hipótese de que a política soviética do pós-guerra era defensiva, argumentando que Stalin possuía condições e desejava expandir a influência da União Soviética sobre a Europa Ocidental (embora tenha concluído que a ocupação dos países europeus ocidentais não fosse, imediatamente após a Segunda Guerra, interessante para Moscou).

Gaddis reconheceu, em seus escritos iniciais, que após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se tornaram uma “nação imperial” (GADDIS, 1972, p. 353-361). Todavia, essa transformação não teria sido motivada por imposições do sistema capitalista ou pelo receio de uma nova depressão. Os Estados Unidos teriam se tornado os “protetores do mundo ocidental” contra o expansionismo soviético, assumindo, por decorrência, uma postura imperialista, a pedido das nações que se sentiam ameaçadas pela União Soviética após a Segunda Guerra<sup>3</sup>. Assim, mesmo que após 1945 a União Soviética não desejasse e não pudesse expandir o seu poder por todo o mundo (uma ideia originalmente defendida

---

2 Uma introdução ao debate historiográfico revisionista pode ser encontrada em MUNHOZ, *Guerra Fria: um debate interpretativo* (2004).

3 Essa ideia corresponde exatamente à concepção de “empire by invitation” desenvolvida por Geir Lundestad. LUNDESTAD (1975, 1980 e 1986) emprega o mesmo termo que Gaddis para designar a ideia de um “império consensual” e define a natureza da liderança norte-americana no pós-guerra da mesma forma que o “pai” do pós-revisionismo.

por Gaddis, tendo sido posteriormente abandonada), o autoritarismo e a atração ideológica exercidos por Moscou ameaçavam a Europa e a Ásia, justificando a ação dos Estados Unidos.

As mudanças de posicionamento de Gaddis sobre as suas próprias ideias é uma marca de sua obra. Em seus escritos iniciais<sup>4</sup>, o autor defendia que o sistema bipolar estabelecido após a Segunda Guerra conduziu o mundo, quase que inevitavelmente, à Guerra Fria, de modo que a tentativa dos ortodoxos e dos revisionistas de identificar um culpado pelo conflito era improfícua. Assim, a origem da Guerra Fria era explicada por Gaddis como o resultado da combinação entre o vácuo de poder no velho continente (que impedia um equilíbrio de poder mais favorável aos europeus) e os interesses conflitantes de norte-americanos e soviéticos nos assuntos que se referiam à Europa após 1945 (GADDIS, 1972, p. 45).

Gaddis abandonou, em obras posteriores, sua explicação original sobre a origem da Guerra Fria<sup>5</sup>. Segundo o autor, soviéticos e norte-americanos possuíam diferentes objetivos ao final da Segunda Guerra Mundial. Os soviéticos desejavam expandir a sua zona de influência sobre o Leste Europeu, numa primeira fase, e sobre a Europa Ocidental numa etapa posterior. Os norte-americanos, em contrapartida, estariam interessados no contexto geral da política mundial, sobretudo na defesa da segurança e da paz internacionais. Os interesses norte-americanos e soviéticos tornaram-se incompatíveis na medida em que o desejo soviético de expandir a sua zona de influência foi traduzido por um expansionismo em potencial da União Soviética sobre todo continente europeu, o que, à visão de Gaddis, era uma etapa intermediária para a difusão mundial do poder soviético (GADDIS, 1997, p. 35-42). Face às condições que impediam que a Europa se defendesse contra o expansionismo soviético, antigas alianças transatlânticas foram, segundo Gaddis, reestruturadas e, a pedido das nações europeias, os Estados Unidos assumiram a função de guardiões do continente europeu. Gaddis concluiu que a União Soviética foi a responsável pelo início e pela reprodução da Guerra Fria, ao passo que aos Estados Unidos coube o fardo de defender as nações capitalistas da Europa Ocidental da expansão do comunismo.

Na década de 1990, Gaddis aprofundou a agenda de pesquisa pós-revisionista – convertendo-a, ainda mais objetivamente, numa corrente historiográfica herdeira da ortodoxia e antirrevisionista – com o lançamento de uma das principais obras do debate contemporâneo sobre a Guerra Fria: *We now know. Rethinking Cold War History*, publicada originalmente em 1997. O livro é considerado, em grande medida, uma resposta às questões que o próprio Gaddis definiu como a fronteira do debate historiográfico na década de 1980.

No livro, Gaddis partiu da hipótese que a dissolução da União Soviética, entre 1989 e 1991, e a publicação gradual de arquivos mantidos até então em sigilo, abriu a

---

4 Ver: GADDIS, J. Lewis. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947* (1972); *Russia, the Soviet Union, and the United States: An Interpretive History* (1978).

5 Ver: GADDIS, J. L. *We Now Know: Rethinking Cold War History* (1997) e *The United States and the End of the Cold War: Reconsideration, Implications, Provocations* (1992).



possibilidade de uma síntese do debate historiográfico sobre a Guerra Fria, refutando ou confirmando, com base em evidências históricas, as teses propostas até então sobre a origem e as consequências do conflito.

Gaddis sugeriu que a razão para tantas discordâncias sobre as origens da Guerra Fria na historiografia anterior ao pós-revisionismo decorria de uma singularidade sobre o conflito: boa parte do debate sobre o período e das teses sobre a sua origem foi concebida durante a Guerra Fria, ao contrário do que teria ocorrido com a interpretação de outras guerras, geralmente analisadas após o seu fim.

A “nova história” sobre a Guerra Fria, como designada por Gaddis, embora herdeira do longo debate historiográfico que a antecedeu, estaria apta a superar os problemas enfrentados por aqueles que se dedicaram à história de seu tempo presente, precisamente pelo seu distanciamento histórico com relação ao objeto analisado e pelo acesso a fontes que permaneceram inéditas ao longo de décadas.

A primeira conclusão do pós-revisionismo é que “a diversificação do poder fez mais para moldar o curso da Guerra Fria do que o balanço de poder” (GADDIS, 1997, p. 283). Gaddis afirmou que, na “velha” história sobre a Guerra Fria (em menção ao revisionismo), um pressuposto central era que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional transitou de uma ordem multipolar para uma ordem bipolar, controlada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O fim da Guerra Fria teria provado que a bipolaridade enfatizada pela historiografia desenvolvida durante a Guerra Fria estava assentada numa avaliação equivocada sobre a natureza do poder durante o período. Assim, enquanto os revisionistas analisavam o poder em “termos unidimensionais”, tomando como referência a capacidade militar de cada país, o pós-revisionismo teria se baseado numa análise “multidimensional” do poder, que leva em conta a dimensão econômica, ideológica, cultural e moral, além da militar, para entender, por exemplo, porque a União Soviética entrou em colapso no auge das suas capacidades militares. A mirabolante conclusão pós-revisionista, nesse caso, é que “armamentos constroem um impressionante exoesqueleto, mas uma concha por si só não garante a sobrevivência de nenhum animal e de nenhum Estado” (GADDIS, 1997, p. 284).

As limitações da análise sobre a ordem bipolar que Gaddis atribuiu ao revisionismo é, ela mesma, limitada. Boa parte dos estudos revisionistas foi dedicada à compreensão dos diferentes aspectos (ou dimensões, se tomarmos a terminologia de Gaddis) do poder exercido pelos Estados Unidos e pela União Soviética durante a Guerra Fria. A ênfase revisionista na dimensão econômica do poder norte-americano já invalida o pressuposto de que a análise da ordem bipolar estava assentada preponderantemente na dimensão militar do poder, relegando as outras dimensões a um segundo plano. Deve-se ainda ressaltar que a bipolaridade mencionada pelos revisionistas, mas também pela ortodoxia e pelos próprios pós-revisionistas, buscava destacar o claro diferencial de poder sustentado pelas duas potências em conflito em comparação com o resto do mundo, não circunscrevendo,

entretanto, a análise sobre a natureza desse poder à esfera militar. Mesmo no pensamento ortodoxo, onde há uma predileção pela perspectiva política e militar, há a consideração das outras dimensões do poder norte-americano após a Segunda Guerra Mundial.

A segunda conclusão extraída pela “nova história” da Guerra Fria é que “os Estados Unidos e a União Soviética construíram impérios após a Segunda Guerra Mundial, embora não do mesmo tipo” (GADDIS, 1997, p. 284). A preocupação de Gaddis em analisar a dimensão imperial do poder norte-americano na Guerra Fria, sublinhando a sua “excepcionalidade” em relação a todas as outras formas de império, é um ponto em comum a todas as suas obras. Gaddis ressaltou que os autores revisionistas, assim como os ortodoxos, reconheciam a existência de um império americano. A divergência entre as duas correntes residia no debate sobre o caráter intencional e planejado desse império (revisionismo) ou se teria sido um império ao acaso, uma resposta não planejada às circunstâncias e ameaças do pós-Segunda Guerra (ortodoxia). Para o pós-revisionismo, entretanto, o foco da discussão historiográfica progressista era inútil; a questão central seria a natureza distinta do poder exercido pelos Estados Unidos após 1945. Assim, em sua síntese pós-revisionista, Gaddis retomou mais uma vez a tese de que o império americano foi criado a convite dos países que, após a Segunda Guerra Mundial, se sentiam ameaçados pela União Soviética. O caráter consensual dessa relação de poder, supostamente derivada de interesses compartilhados, era precisamente a singularidade do império americano em relação a todas as outras formas de império.

A terceira conclusão do pós-revisionismo sobre a Guerra Fria é uma decorrência da questão apresentada anteriormente. Ao analisar a singularidade do “império americano”, Gaddis questionou por que razão o poder imperial dos Estados Unidos gerava muito menos atritos e problemas do que o império soviético. A resposta, segundo o autor, é que “muitas pessoas viam então a Guerra Fria como uma disputa entre o bem e o mal, mesmo que os historiadores raramente a tenham visto assim” (GADDIS, 1997, p. 286). O exemplo mais claro dessa visão teria ocorrido, segundo Gaddis, na Alemanha do pós-Segunda Guerra. Stalin teria como objetivo imediato, após 1945, atrair os alemães do lado ocidental para a Alemanha Oriental por meio da suposta capacidade de atração do regime comunista e de seus benefícios. Na prática, todavia, um grande contingente de alemães teria migrado para as regiões sob ocupação ocidental tão logo tiveram a oportunidade, fugindo assim do poder do Exército Vermelho. A razão por trás desse comportamento seria justificada, segundo Gaddis, exatamente porque, a despeito da participação comunista na guerra contra o Nazismo, os alemães percebiam o poder soviético como o “mal”.

Nesse sentido, cumpre observar que a distinção pós-revisionista entre a natureza do “império americano” e do “império soviético” com base na polarização entre democracia e autoritarismo é uma característica igualmente marcante da interpretação ortodoxa. Para os autores da ortodoxia, o caráter autoritário e coercitivo do poder exercido por Moscou era precisamente o aspecto que inviabilizava qualquer possibilidade de relacionamento pacífico

com os soviéticos, por mais que os Estados Unidos tivessem supostamente se esforçado para manter, no imediato pós-guerra, os acordos que vigoraram durante a aliança firmada para enfrentar a Alemanha Nazista. Mais uma vez, não se trata, certamente, de menosprezar o caráter amplamente coercitivo do poder soviético e os efeitos da subserviência imposta aos países na esfera de influência comunista, mas de reconhecer o caráter coercitivo e opressor da política externa conduzida pelos Estados Unidos, como bem observado nas pesquisas revisionistas.

Por fim, ao questionar quem foi o responsável pelo começo da Guerra Fria, Gaddis observou que “a ‘nova’ história está nos levando de volta a uma antiga resposta: enquanto Stalin estava governando a União Soviética uma guerra fria era inevitável” (GADDIS, 1997, p. 292). Assim, Gaddis retomou, de forma muito clara, a tese ortodoxa de que a Guerra Fria foi inevitável e que a sua inevitabilidade decorreu da presença de Stalin à frente do Kremlin.

Gaddis concluiu que a verdadeira tragédia da história da Guerra Fria foi, portanto, que “embora o fascismo tenha sido derrotado na Segunda Guerra Mundial, o autoritarismo – que tinha sido nutrido e sustentado pelo Marxismo-Leninismo – não foi” (GADDIS, 1994, p. 150). Assim, apesar de reconhecer a devastação material da União Soviética após a Segunda Guerra e as implicações dessa condição para as ambições de Moscou, o autor sustentou que a força de Stalin e a sua influência persistiram após a sua morte, em 1953, deixando um legado sombrio aos povos do Leste Europeu e aos demais países comunistas.

## CONCLUSÃO

O texto analisou as teses centrais da corrente historiográfica pós-revisionista, comparando a sua interpretação sobre a origem e os desdobramentos da Guerra Fria com as teses da ortodoxia. Sustentou-se que o pós-revisionismo é, em sua essência, expressão das teses ortodoxas, tendo assumido claramente uma postura antirrevisionista ao tentar, sem sucesso, dar por superada a interpretação revisionista sobre a Guerra Fria.

A primeira seção foi dedicada à corrente historiográfica ortodoxa, delineando a interpretação seminal de George F. Kennan sobre a origem e os desdobramentos da Guerra Fria, sintetizada na Doutrina de Contenção do Comunismo.

A segunda seção foi dedicada à análise da corrente pós-revisionista, a partir da apresentação das teses de John Lewis Gaddis sobre a Guerra Fria. Sustentou-se que a crítica de Gaddis ao revisionismo, já em seus primórdios, era a expressão fiel de uma abordagem antirrevisionista. A segunda seção criticou também a tese que identificou o pós-revisionismo como uma síntese do debate historiográfico progressivo, do qual se diz um herdeiro rebelde e supostamente evoluído.

Por fim, o texto analisou a “síntese historiográfica” proposta por Gaddis após a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Argumentou-se que a abertura dos arquivos soviéticos, na década de 1990, levou Gaddis a propor uma revisão de sua

interpretação sobre a origem da Guerra Fria, que terminou por reafirmar, todavia, as antigas teses ortodoxas sobre a origem do conflito. Assim, defendi que na fase supostamente mais evoluída de sua “síntese historiográfica”, Gaddis retornou ao coração da ortodoxia, convertendo o pós-revisionismo numa corrente antirrevisionista.

## REFERÊNCIAS

FEIS, Herbert. **Churchill, Roosevelt, Stalin: the war they waged and the peace they sought**. Princeton Univ. Press: 1957.

FEIS, Herbert. **From trust to terror. The onset of the Cold War, 1945-1950**. Nova York: W. W. Norton, 1970.

GADDIS, John Lewis. **Russia, the Soviet Union and the United States: An Interpretive History**. McGraw-Hill: 1978.

GADDIS, John Lewis. **The emerging post-revisionist synthesis on the origins of the Cold War**. In: Diplomatic History, vol. 7, issue 3, p. 171-190, July 1983.

GADDIS, John Lewis. **Strategies of containment. A critical appraisal of American national security policy during the Cold War**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1982.

GADDIS, John Lewis. **The United States and the end of the Cold War: implications, reconsiderations, provocations**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

GADDIS, John Lewis. **The United States and the origins of the Cold War**. New York: Columbia University Press, 1972.

GADDIS, John Lewis. **We Now Know: Rethinking Cold War History**. New York: Oxford University Press, 1997.

KENNAN, George Frost. **The Long Telegram**. In: Harry S. Truman Library & Museum, February 22, 1946. Acesso: 12/07/2021. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/>

KENNAN, George Frost. **The Sources of Soviet Conduct**. In: Foreign Affairs, July 1st., 1947.

LUNDESTAD, Geir. **America, Scandinavia and the Cold War, 1945-1949**. New York: Columbia, Univ. Press, 1980.

LUNDESTAD, Geir. **Empire by invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952**. In: Journal of Peace Research, n° 23, Sept., 1986.

LUNDESTAD, Geir. **The American non-policy towards Eastern Europe, 1943-1947**. Oslo/New York: Norwegian Univ. Press, 1975.

MCNEILL, William Hardy. **America, Britain and Russia: their co-operation and conflict 1941-1946**. New York: Oxford University Press/Johnson Reprint Corporation, 1970.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: um debate interpretativo**. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O século sombrio: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SCHLESINGER, Arthur, Jr. **Origins of the Cold War**. In: Foreign Affairs, October 1967.

WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Norton, 1988 (reedição da primeira versão, publicada em 1959).